

**Agenda neoliberal, juventude e trabalho:
uma análise discursiva de coleções didáticas do Novo Ensino Médio**

*Neoliberal agenda, youth and work:
a discourse analysis of New High School textbooks*

*Agenda neoliberal, juventud y trabajo:
un análisis discursivo de colecciones didácticas de la Nueva Enseñanza Media*

Francisco Vieira da Silva¹
Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Edvânia Batista de Morais²
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Resumo: O artigo analisa coleções didáticas do Novo Ensino Médio aprovadas pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), edição de 2021, levando em consideração os impactos reformistas de matriz neoliberal a incidirem sobre o trabalho e a educação para os jovens no Brasil. O objetivo consiste em investigar como discursos sobre o trabalho em três coleções didáticas de Projeto de Vida articulam-se com a racionalidade neoliberal. Trata-se de uma pesquisa descritivo-interpretativa, de natureza documental e qualitativa. Foi possível observar que a conexão entre o trabalho e o neoliberalismo ocorre por meio de regularidades discursivas relativas às instabilidades do mundo do trabalho e a necessidade de engendrar condutas juvenis flexíveis, proativas e autônomas.

Palavras-chave: Discurso. Juventude. Trabalho. Ensino Médio. Neoliberalismo.

Abstract: The article analyzes the New High School didactic textbook collections approved by the National Book and Didactic Material Program (PNLD), 2021 edition, taking into consideration the reformist impacts of neoliberal curricula matrix on work and education for young people in Brazil. Our goal in this paper is to investigate how discourses about work in three didactic collections called Projeto de Vida are articulated with neoliberal rationality. This is a descriptive-interpretative research, of documentary and qualitative nature. It was possible to observe that the connection between work and neoliberalism occurs through discursive regularities concerning the instabilities of the world of work/job and the need to engender flexible, proactive, and autonomous juvenile behaviors.

Keywords: Discourse. Youth. Work. High School. Neoliberalism.

Resumen: El artículo analiza colecciones didácticas de la Nueva Enseñanza Media aprobadas por el Programa Nacional del Libro Didáctico (PNLD), edición de 2021, teniendo en cuenta los impactos reformistas de base neoliberal a incidir sobre el trabajo y la educación para los jóvenes en Brasil. El objetivo consiste en investigar cómo discursos sobre el trabajo en tres

¹ Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba. Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Caraúbas, Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: francisco.vieiras@ufersa.edu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8730615940772209>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4922-8826>.

² Mestranda em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: edvaniamorais@outlook.pt; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2115044600049521>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2204-6029>.

colecciones didácticas de Proyecto de Vida se articulan con la racionalidad neoliberal. Se trata de una investigación descriptiva-interpretativa, de naturaleza documental y cualitativa. Fue posible observar que la conexión entre el trabajo y el neoliberalismo ocurre a través de regularidades discursivas referentes a las inestabilidades del mundo del trabajo y la necesidad de generar conductas juveniles flexibles, proactivas y autónomas.

Palabras clave: Discurso. Juventud. Trabajo. Enseñanza Media. Neoliberalismo.

Recebido em: 18 de janeiro de 2022

Aceito em: 18 de março de 2022

Introdução

No alvorecer de 2022, o ex-presidente Lula publicou em sua conta no *Twitter* um *post* em que comemorava a revogação da Reforma Trabalhista pelo governo da Espanha e defendia que iria proceder de forma semelhante no Brasil, caso viesse a ganhar as eleições que ocorrerão em outubro de 2022. As reações à postagem de Lula por parte da mídia corporativa e do mercado não tardaram. Evocamos aqui algumas delas. O editorial do jornal Estado de São Paulo, de 9 de janeiro, acusava o Partido dos Trabalhadores (PT) de desconhecer a cidadania, pois, segundo a posição desse veículo de imprensa, a Reforma Trabalhista, aprovada pela Lei 13.467/2017, constituía um dos principais avanços nas relações de trabalho e de promoção de emprego nos últimos anos (ESTADO DE S. PAULO, 2022). Um texto opinativo assinado pelo ex-presidente Michel Temer e publicado na Folha de S. Paulo atacava os detratores da reforma, num explícito aceno à postagem de Lula, ao indagar que “[...] O que pode esperar de um próximo presidente se sua primeira opção consiste em pregar o retrocesso histórico e o anacronismo de ideias vencidas pelo tempo?” (TEMER, 2022, s. p.). De acordo com esse ex-presidente, em seu mandato, foi empreendida uma substancial mudança responsável por modernizar as relações trabalhistas e, ao contrário do que se propaga, não reduziu direitos, mas, sim, gerou empregos, garantiu segurança jurídica e permitiu uma flexibilização do trabalho. Numa matéria publicada no portal Uol, o título já adianta o posicionamento assumido: *Reforma trabalhista e Estado forte: mercado critica propostas do PT*. No decorrer do texto, lemos “[...] profissionais ouvidos pela UOL afirmaram que as propostas como restatização de empresas, revogação da reforma trabalhista e fortalecimento dos investimentos do Estado podem ser prejudiciais para a economia” (CASTRO, 2022, s.p.).

O alvoroço resultante do anúncio da possível proposta eleitoral do PT poderia se justificar se, a partir do advento da Reforma, o número de postos de trabalho tivesse aumentado significativamente e, por consequência, incidido numa redução no índice de desempregados e qualidade dos postos de trabalho ofertados. Todavia, esse quadro não se

concretizou. Conforme Guerra e Camargos (2021), embora a pandemia da Covid-19 tenha alterado de forma exponencial os impactos da Reforma nas condições de trabalho dos brasileiros, alguns indicadores socioeconômicos pré-pandemia atestam que a situação já era complexa antes da maior crise sanitária mundial dos últimos cem anos. Para as autoras, dados do Cadastro Geral de Empregados (Caged), divulgados em 2020, demonstraram um crescimento tímido no número de postos de trabalho em 2019: 1,68 no comparativo com 2018. Por outro lado, informes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) apontavam que o quantitativo de ocupações informais respondia por cerca de 41,1% da população. Ainda conforme a pesquisa, houve um crescimento de 4% no número de trabalhadores sem carteira assinada, acentuando um cenário de piora nas condições de trabalho, a despeito de uma leve queda na taxa de desocupação. Acompanhando a argumentação de Guerra e Camargos (2021), vemos que o desempenho na economia foi aquém do esperado, se considerarmos o fervor dos favoráveis à aprovação da Reforma.

Essa alusão a aspectos do trabalho contemporâneo é necessária, porque o objeto de estudo deste texto encontra condições de existência num contexto de reformas empreendidas no decurso do contestado governo de Michel Temer (2016-2018), dentre as quais se destacam também a Reforma do Novo Ensino Médio (NEM), Lei nº 13.134/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.697/96, ao ampliar a carga horária do ensino médio de 800 horas para até 1.000 horas em 2024, de modo a integralizar um total de 3.000 horas no término dessa etapa educacional. Outra mudança substancial tem relação com a estrutura curricular, segmentada na formação geral e nos chamados itinerários formativos, divididos por áreas do conhecimento (Linguagens e suas tecnologias, Matemáticas e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias e Ciências Humanas Sociais e aplicadas) e pela formação técnica e profissional. Nesse novo desenho curricular, somente as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática serão obrigatórias no decorrer dos três anos e a distribuição da carga horária ocorrerá da seguinte forma: formação geral – 60% da carga horária, não podendo ultrapassar o limite de 1.800 horas e itinerários formativos – 40% da carga horária, totalizando 1.200 horas. Os objetos de aprendizagem a serem desenvolvidos no NEM estão presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC-EM), publicada em 2018 e constitui uma inflexão distinta nas políticas de currículo brasileira, ao centralizar o que deve ser aprendido por cada estudante ao longo de sua passagem na educação brasileira.

A tese que subjaz ao NEM reside no efeito de uma pretensa flexibilidade, a ser costumizada de acordo com as escolhas dos discentes na definição de seus itinerários formativos. Para auxiliá-los, emerge um componente transversal: o Projeto de Vida. Embora não esteja definido como uma disciplina obrigatória, preconiza-se no documento

legal da Reforma e, mais especificamente, no texto da BNCC, a necessidade de fazer com que o aluno possa perfilar o seu projeto de vida, mediante a valorização dos saberes culturais e vivências culturais e a apropriação de conhecimentos e experiências do mundo do trabalho (BRASIL, 2018). Com vistas a tornar exequível o componente Projeto de Vida, o Edital de Convocação 03/2019 do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) selecionou, dentre o conjunto de materiais didáticos a serem avaliados e aprovados, coleções concernentes ao Projeto de Vida, que deveriam estar em conformidade com a BNCC e seguir três dimensões, a saber: o autoconhecimento: o encontro consigo; expansão e exploração: o encontro com o mundo e planejamento: o encontro com o nós. Para acompanhar os pressupostos da base, esses materiais deveriam contemplar reflexões acerca do mundo do trabalho, tendo em vista que este se mostra saliente no interior das discussões que envolvem educação e juventude na atualidade.

Além disso, uma vez que a reforma do NEM ocorreu sob as mesmas circunstâncias da aprovação da Reforma Trabalhista, é de se pressupor que haja uma tímida conexão entre os interesses, os atores e os anseios dos envolvidos nesse processo de modificação na educação juvenil e nas relações de trabalho. Situando isso no esteio da racionalidade neoliberal, conforme postulada por Dardot e Laval (2016), o objetivo deste estudo reside em investigar como a produção de discursos acerca do trabalho em coleções didáticas está atrelada à agenda neoliberal a nortear a aprovação e implantação das políticas educacionais brasileiras e a ordenar a compreensão a respeito do trabalho no cenário nacional. Pelo menos três condições mais imediatas podem ser acionadas, a fim de explicar a triangulação entre neoliberalismo, a educação e o trabalho, quais sejam: a) o Brasil não passa incólume a políticas educacionais globais pautadas na lógica neoliberal (BALL, 2020) e levadas a cabo por uma série de instituições não-governamentais, filantrópicas e ligadas a grandes grupos empresariais, as quais têm contribuído na consecução de políticas para a educação desde os anos de 1990; b) mais recentemente, no processo de idealização, aprovação e implantação das reformas educacionais do ensino médio, flagra-se o papel crucial exercido por instituições marcadas por demandas via *accountability*, *think tanks*, organizações civis sem fins lucrativos e fundações mantidas por grupos financeiros, como o Banco Itaú, a Fundação Lemann, o Bradesco, o Santander, dentre outras (KNÖPKER; COSTA, 2021); c) considerando a premência em tornar a escola cada vez mais um espaço que garanta a empregabilidade dos jovens que dela saem, é de se supor que as concepções acerca do trabalho estejam em conexão com os preceitos da matriz neoliberal, os quais são assinalados pela flexibilidade, adaptabilidade, ênfase na formação contínua, competências socioemocionais, espírito de liderança, resiliência,

autonomia e autorresponsabilização do sujeito no processo de ingresso e permanência no mercado, dentre outros, em franca interlocução com os ideários de forças políticas reformistas, conforme sinalizadas no início desta introdução.

Sobre a organização textual deste artigo, convém informar que se estrutura nos seguintes moldes: além deste tópico introdutório, apresenta mais quatro seções. A primeira discute os conceitos-chave da pesquisa, como discurso e neoliberalismo e os impactos no campo do trabalho e da educação. Na segunda, tecemos algumas reflexões de natureza metodológica. Na terceira, analisamos as coleções didáticas de Projeto de Vida selecionadas pelo PNLD 2021. Na quarta e última, apresentamos comentários com pretensões conclusivas.

Subsídios teóricos: do discurso à racionalidade neoliberal

Sobre o conceito de discurso e noções adjacentes

Na obra *Arqueologia do Saber*, publicada originalmente em 1969, Foucault (2010) delinea alguns conceitos fundamentais requeridos para uma proposta de análise discursiva. O autor francês recupera obras anteriores para mostrar e operacionalizar o seu método investigativo (arqueológico) e, para tanto, concebe o discurso como uma prática que constrói os objetos de que fala. Profundamente histórico, embora não se pautar por uma relação do tipo causa-consequência, na investigação do discurso, torna-se imprescindível levar em conta as condições de possibilidade que permitem a irrupção de certos discursos e não outros em seu lugar. Em suma, Foucault (2010) defende que o discurso se constitui como um acontecimento, como algo que aparece num dado momento e lugar circunscritos, em consonância com determinadas relações de saber e de poder. Isso implica considerar, conforme a leitura de Dias e El-Jaick (2021, p. 21), que “[...] o discurso é uma prática irreduzível tanto a análises puramente formais quanto a análises psicológicas”. Complementando essa discussão, Araújo (2020, p. 319) lembra: “[...] o horizonte da análise do discurso extrapola o das regras sintáticas e semânticas”.

Compreender o conceito discurso nos moldes foucaultianos inevitavelmente leva-nos a ponderar sobre noções com as quais o discurso mantém íntima conexão, como o enunciado. Nos escritos de Foucault (2010), o discurso compreende um conjunto de enunciados advindos de uma mesma formação discursiva. O enunciado é categorizado como uma função enunciativa, cujas condições de existência a distinguem frontalmente de outras unidades, como a frase, a proposição e o ato de fala. Segundo Foucault (2010), o enunciado representa o átomo do discurso, a unidade mínima de análise e se caracteriza pelas seguintes propriedades: a)

referencial – refere-se às leis de possibilidade a demarcarem a singularidade do enunciado; b) posição de sujeito – diz respeito a um posicionamento assumido no enunciado, que não se confunde com a autoria, com o sujeito gramatical em primeira pessoa e nem com o sujeito empírico; c) domínio associado – compreende uma rede enunciativa por meio da qual os enunciados relacionam-se com outros já efetivamente produzidos e os que ainda serão ditos; d) materialidade repetível – engloba o fato de que o enunciado carece de um suporte, de um lugar, de uma data e de um aparato institucional para ser reconhecido como tal.

A descrição da função enunciativa permite a identificação de regularidades discursivas concernentes ao que Foucault (2010) chama de formação discursiva. Nessa medida, quando se puder descrever, num sistema de dispersão enunciativa, um certo número de recorrências assinaladas, principalmente, por escolhas temáticas, estratégias, tipos de enunciação, de objetos e de modalidades enunciativas, chega-se a uma formação discursiva. Na visão de Araújo (2020), a formação discursiva configura uma epistême, a qual pertence um saber de uma época. Embora esse saber não se confunda com a ciência, não exclui as diversas formas de cientificidade possíveis numa dada conjuntura histórica.

Sobre o neoliberalismo e os impactos no campo do trabalho e da educação

Partimos, inicialmente, de algumas provocações encetadas por Foucault (2008), no decorrer do curso ministrado no Collège de France, em 1979, postumamente publicado com o título *O nascimento da biopolítica*. Na condução deste curso, o objetivo de Foucault residia em cartografar o liberalismo, entendido como um elemento crucial no esteio de uma reflexão sobre as artes de governar através das quais foi possível reconhecer a população como um problema de ordem política. Para tanto, na genealogia proposta por Foucault, nas mutações por que passou o liberalismo, o autor aponta nas especificidades do neoliberalismo, reconhecendo o contexto histórico em que foi possível redefinir aspectos importantes do liberalismo clássico, com vistas a atualizá-los para dar conta de demandas mais específicas, como a crítica às economias planificadas engendradas em diversos Estados após a Segunda Guerra Mundial. De acordo com a análise de Foucault (2008), podem ser localizadas duas ramificações da governamentalidade neoliberal: o ordoliberalismo alemão e o neoliberalismo norte-americano. Sobre esta última centremos o foco, pois foi a partir dela que essa racionalidade se tornou preponderante no cenário da financeirização do capitalismo e da globalização.

Na ótica de Foucault (2008), a principal característica do regime neoliberal consiste em enfocar a concorrência como um princípio regulador no lugar da troca, conforme preconizavam as abordagens do liberalismo clássico. Disso resultam alguns desdobramentos significativos, a saber: a) o fato de o neoliberalismo não constituir

somente uma doutrina de cunho econômico, mas, sim, uma estratégia de governo que tende a entronizar todos os setores da vida social, de maneira a vincular os saberes do mercado em campos até então indiferentes à lógica econômica, a exemplo da educação (LAVAL, 2004); b) a irrupção do chamado “capital humano”, especialmente a partir das investigações de Thomas Shultz e Gary Becker, que reintroduzem a lógica econômica no trabalho a partir do ponto de vista do trabalhador, levando, assim, a uma concepção segundo a qual compete a cada indivíduo a responsabilidade na formação de seu capital humano, de suas competências que podem gerar fluxos de renda; c) a ideia de que somos não mais que unidades-empresa e devemos nos comportar como se estivéssemos sempre numa relação concorrencial (DARDOT; LAVAL, 2016); d) a crença de que os modos de governança do setor privado são mais produtivos e eficazes, supondo, pois, a contínua reformulação dos modelos de administração pública com base nas premissas do setor gerencial, o que explica o acentuado apelo às privatizações e à redução do alcance das políticas públicas; e) dado que o mercado assinala-se pela instabilidade, convém formar subjetividades atentas aos riscos, adaptativas, flexíveis e resilientes a crises de toda ordem; e) a necessidade de desenvolver competências não cognitivas, as chamadas competências socioemocionais, com vistas a se aliar às exigências da lógica neoliberal, balizadores de habilidades consideradas importantes no campo empresarial, como o trabalho em equipe, a autonomia, a mediação de conflitos, dentre outras.

De modo sintético, são essas as implicações mais gerais do neoliberalismo em disparatados setores sociais. Para especificar ainda mais nosso foco, vejamos alguns impactos dessa arte de governar no esteio da educação. Valemo-nos, inicialmente, das problematizações de Ball (2020) a respeito das complexidades inerentes às políticas de educação global efetuadas, principalmente por agências supranacionais, especialmente o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), cujo objetivo consiste em desenvolver projetos educacionais, assessorar redes de ensino, modificar currículos e implementar políticas de avaliação em larga escala, a partir de parâmetros alinhados ao neoliberalismo. Essas políticas estão praticadas desde meados dos anos de 1990, em países da América Latina, da África, do Caribe e do Sudoeste Asiático. De acordo com Ball (2020), além dessas agências internacionais, uma miríade de organizações sem fins lucrativos, filantrópicas e/ou vinculadas a grandes grupos empresariais têm atuado no sentido de prover uma educação em franca sintonia com os desígnios do mercado, notadamente por meio de parcerias público-privadas.

Uma das principais características desses projetos reside no que Ball (2020) nomeia de políticas de performatividade. Em relação ao currículo, o sociólogo britânico defende que essa performatividade age no sentido de produzir gestões de desempenho a atuarem não somente sobre a definição de conteúdos e de objetos de aprendizagem, mas, sobretudo, sobre os atores educacionais, de modo que estes “mentalizem” os princípios morais do neoliberalismo e se comportem como sujeitos eficazes e proativos. Nas palavras de Ball (2020, p. 66), a “[...] a performatividade convida-nos e incita-nos a tornamo-nos mais efetivos, a trabalharmos em relação a nós mesmos e a nos sentirmos culpados ou inadequados se não o fizermos”. Essa performatividade, portanto, implica “performance” por parte dos sujeitos escolares, com vistas a cumprir metas, com graus variados de julgamentos e de avaliação, pois esta também integra as nuances neoliberais (DARDOT; LAVAL, 2016). Nesse sentido, podemos situar a emergência do Projeto de Vida como corolário desta racionalidade, haja vista que o jovem é instado a estabelecer propósitos e, no limite, a ser responsabilizado pelo seu processo educativo no decorrer do NEM, atravessado por uma individualidade e pela propalada flexibilidade, a construir um perfil de discente que tem diante de si uma espécie de cardápio materializado nos itinerários formativos, cabendo a ele, portanto, “escolher” o que lhe agrada.

Além da performatividade apontada por Ball (2020), convém refletir com Laval (2004) sobre as consequências das políticas de natureza neoliberal no interior da escola pública. Para o autor francês, se, por um lado, demarca-se um investimento educativo vultoso, expresso, sobretudo, em propostas de modernização/informatização da educação, de formação docente, de certo protagonismo juvenil, dentre outros; por outro, reduzem-se os conhecimentos julgados inúteis, que não apresentam uma rápida aplicabilidade no âmbito da lógica do mercado e, dessa forma, a escola pública perde aquilo que lhe é essencial: a formação humanística, crítica e republicana. A chamada pedagogia das competências (RAMOS, 2008), nessa ótica, visa a instaurar um corte naquilo que deve ser objeto de aprendizagem, a saber: conteúdos a serem mobilizados na resolução de situações-problema e, com isso, plenamente apropriados a uma personalidade empregável (LAVAL, 2004).

Nessa medida, a escola torna-se um laboratório para a preparação de corpos e de subjetividades consideradas aptas a concorrer a um posto no mercado de trabalho que, por sua natureza, é excludente e desigual. Esses corpos e subjetividades juvenis, segundo Dayrell e Camaro (2014), são considerados menos por meio de uma ótica etária e mais a partir de uma representação que pressupõe uma inserção social. Noutras palavras, na juventude, o indivíduo vai se descobrindo e se descortinando em variadas instâncias, desde a questão afetiva até as aspirações de feições profissionais (DAYRELL; CAMARGO, 2014). Os autores ainda advogam em favor da utilização do termo juventudes, no plural, com o intento de marcar a

heterogeneidade dessa construção cultural nas múltiplas dimensões, vivências e experiências que a caracterizam. Todavia, sob a seara neoliberal, tem-se a construção de um sujeito virtual, abstrato e genérico, desconsiderando-se, assim, as singularidades das existências juvenis no contexto brasileiro e as desigualdades sociais e educacionais existentes. Segundo López (2021, p. 198), “Torna-se cada dia mais difícil encontrar um lugar em que critérios empresariais não cheguem. E, se como dissemos antes, a economia é também o lugar da desigualdade, é cada vez mais difícil encontrar pequenos refúgios de igualdade”.

Silva (2021) relata que na relação trabalho, juventude e educação, formula-se uma generalização pautada na responsabilização dos atores, seja pelos percursos profissionais, seja pelas escolhas educacionais e isso desemboca numa visão neoliberal. Na voz do autor: “[...] delineiam-se dispositivos de articulação entre juventude e trabalho, ancorados na capacidade de escolha dos estudantes, dentre os quais a recente Reforma do ensino médio trata-se de um exemplar privilegiado” (SILVA, 2019, p. 13). Para Standing (2020), sob a égide neoliberal, o mercado personifica a metáfora darwinista “sobrevivência do mais forte” e gera, como consequência o chamado precariado – junção das palavras precário com proletariado – e designa um fenômeno advindo da financeirização dos mercados e do fenômeno da globalização e representa um contingente populacional de trabalhadores, em nível global, sem qualquer garantia e estabilidade. Ainda que afete a todos, Standing (2020) ressalta que os jovens estão propensos a sofrerem os efeitos mais perversos desse cenário de degradação dos direitos e garantias trabalhistas e da piora nas condições de trabalho. Conforme o autor, a juventude sempre ingressou no mercado em posições precárias, por meio de vínculos temporários e/ou estágios; entretanto, esse cenário se agudizou quando esse tipo de modalidade trabalhista tornou-se preponderante. Desenhando certo retrato do Reino Unido, Standing (2020) elenca alguns dilemas enfrentados pelos jovens de hoje: a) viram os pais perderem renda e estabilidade; b) não encontram modelos que possam os inspirar; c) deslocam-se à deriva das armadilhas da precariedade, com empregos com salários reduzidos ou lidando com longos períodos de desemprego.

No caso do Brasil, Veiga-Neto (2018) reflete a partir dos apontamentos de Standing (2020) e pontua a existência dos “nem-nem”, ou seja, de uma quantidade expressiva de jovens que, segundo os dados estatísticos, não trabalham e nem estudam e como ilustram a existência do precariado na juventude. Segundo reportagem do jornal Valor Econômico, de abril de 2021, o percentual de nem-nem aumentou cerca de 30% a partir da crise acarretada pela pandemia de Covid-19, deflagrada no começo de 2020, de acordo com um levantamento realizado pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social). Para Veiga-Neto (2018), o precariado materializado no perfil nem-nem constitui uma espécie de reserva, de

ameaça potencial, de antípoda do sujeito bem-sucedido, de exemplo a não ser seguido pelos que cumprem os protocolos neoliberais, introjetados por meio do dispositivo educacional. Nas pertinentes palavras do autor: “[...] o mundo é igual para todos e nem todos têm acesso igual ao mundo” (VEIGA-NETO, 2018, p. 43) e esse diferencialismo “[...] funciona como um poderoso combustível a alimentar a racionalidade neoliberal, pois numa lógica radicalmente competitiva não pode haver igualdade entre todos os jogadores” (VEIGA-NETO, 2018, p. 43).

Metodologia

Este estudo se caracteriza como sendo uma pesquisa descritivo-interpretativa, porque nos interessa descrever e interpretar discursos sobre o trabalho em coleções didáticas de Projeto de Vida no NEM, visando investigar como tais discursos estão articulados com a racionalidade neoliberal. A técnica de pesquisa é de natureza documental, tendo em vista que tais materiais didáticos ainda não passaram por um tratamento analítico. Trata-se, também, de um trabalho essencialmente qualitativo, pois importa a natureza do fenômeno pesquisado, prescindindo de dados numéricos, estatísticos e variáveis controladas. No contexto da pesquisa em ensino, Moreira (2011, p. 49) nos reporta que “[...] “o pesquisador pergunta-se cotidianamente que significados têm as ações e os eventos de ensino, avaliação e currículo para os indivíduos que deles participam”. Embora não façamos uma intervenção direta com os atores envolvidos no processo educativo, buscamos problematizar os discursos que falam desses sujeitos, considerando a importância que os livros didáticos exercem no cotidiano da educação brasileira.

Sobre o processo de coleta e tratamento dos dados, podemos destacar que procedemos da seguinte forma: a) consultamos o Guia Digital do PNLD, na parte relativa às coleções de Projeto de Vida que foram aprovadas pelo referido programa; b) a partir da leitura das resenhas do Guia, selecionamos dez coleções que, a nosso ver, discutiam o mundo do trabalho; c) consultamos junto aos *sites* das editoras das coleções a versão em formato PDF (*Portable Document Formate*), a fim de examinarmos com mais atenção o material; d) fizemos uma seleção de três coleções para este estudo, levando em consideração os limites do gênero artigo científico; e) a escolha incidiu sobre as seguintes coleções: *Pensar, sentir e agir: projeto de vida*, de Leo Fraiman, publicada pela editora FTD, *Projeto de vida: um projeto vital*, de autoria de Paulo Edison de Oliveira e Paulo Jorge Storace Rota, publicada pela editora Hedra e *Planejando a jornada: um guia para seu projeto de vida*, de Bia Monteiro, publicada pela editora Evoluir; f) posteriormente ao processo de seleção, fizemos mais uma leitura do material, com vistas a extrair alguns fragmentos

discursivos que, sob nossa perspectiva, revelam a íntima conexão do trabalho com a racionalidade neoliberal na construção do projeto de vida do jovem do ensino médio.

Análise das coleções didáticas de Projeto de Vida

A análise segue a ordem das coleções apresentadas na seção anterior. Primeiramente, faremos uma rápida retomada acerca da organização didática de cada uma delas e, em seguida, determo-nos no exame dos discursos acerca do trabalho e a relação com o neoliberalismo.

*Análise da coleção didática *Pensar, sentir e agir: projeto de vida**

A coleção organiza-se em volume único e compõe-se de três módulos divididos em dois capítulos. Os módulos são: Quem sou eu: a descoberta, O encontro com outro: vínculos e aprendizados e Meu futuro: um caminho de possibilidades. As reflexões acerca do trabalho, embora atravessem toda a coleção, aparecem com mais ênfase no último capítulo e foi deste que retiramos os recortes enunciativos a serem aqui analisados. O primeiro recorte refere-se a uma passagem da coleção em que a posição de sujeito orienta o jovem do ensino médio a como planejar sua trajetória profissional, considerando a situação atual do aluno. Numa das passagens, lemos: “[...] Talvez você já realize uma atividade profissional remunerada – seja na oficina mecânica de seu pai, na padaria do bairro, como entregador de aplicativo ou como jovem aprendiz de uma grande empresa” (FRAIMAN, 2020, p. 197). Neste excerto, flagra-se a emergência de um dado posicionamento discursivo que reconhece a possibilidade de o jovem já estar atuando em alguma atividade profissional. Vejamos que essas atividades partem de uma gradação – atuar em casa, num estabelecimento do bairro, numa empresa de aplicativo ou numa grande empresa – que vai do mais próximo do jovem, espacial e familiarmente falando, ao mais distante, mas não se procura discutir as condições objetivas e subjetivas do trabalho deste aluno e as possíveis implicações disso no rendimento escolar.

Em seguida, a posição assumida na coleção aventa outra possibilidade: “[...] ou ainda não precise trabalhar e tenha a oportunidade de iniciar os estudos universitários com a ajuda financeira dos seus pais. Pode ser também que você precise exercer uma atividade remunerada para conseguir iniciar seus estudos universitários” (FRAIMAN, 2020, p. 197). Assim, o discurso que circula no material didático parece ampliar o escopo das juventudes, conforme a concepção de Dayrell e Camargo (2014), na medida em que sinaliza para diferentes cenários nos quais o jovem pode se encontrar. No entanto, acaba sendo problemático, quando a coleção simplesmente apaga essas especificidades dos jovens, ao pontuar: “[...] mas independentemente de sua condição, este é o momento de planejar a sua vida profissional”

(FRAIMAN, 2020, p. 197). Fica em revelo neste enunciado que o jovem, independentemente de estar em atividade profissional ou não, pode planejar sua vida profissional como se, de fato, houvesse uma igualdade de condições. Daí podemos identificar uma estreita vinculação do discurso sobre o trabalho com os interesses neoliberais, na medida em que induzem os jovens a acreditarem que somente eles são os responsáveis pelo seu projeto de vida, como se as contingências históricas e econômicas fossem indiferentes, não sendo necessário nelas se aprofundar. Essa ligação mostra-se ainda mais robusta, quando a coleção destaca: “[...] O planejamento do seu projeto de vida é uma ferramenta útil que irá auxiliá-lo a ter a vida em suas mãos e a fazer do seu futuro algo bom” (FRAIMAN, 2020, p. 197).

Na sequência da unidade relativa ao mundo do trabalho, a coleção traz um excerto de texto intitulado “Carreira estável já era”, originalmente publicado no jornal O Estado de São Paulo. Em linhas gerais, o texto discute que o jovem recém-saído do ensino médio necessita ter em mente que, diferentemente de outras gerações, precisará trocar de profissão, seja motivado por razões pessoais, seja pela flutuação das dinâmicas do mercado. A posição enunciativa desse excerto sintetiza a capacidade de ser flexível e adaptativo, mantras do regime neoliberal, conforme pontuam Dardot e Laval (2016). A escolha deste texto é sintomática, porque a coleção propõe aos alunos que discutam sobre a realidade da mudança de carreira e considerem esse aspecto no planejamento do projeto de vida, tornando-o ainda mais nebuloso para o jovem, pois, se projetar o futuro já é, por si só, complexo, fazê-lo considerando as mudanças constantes de profissões torna-se ainda mais difícil. Mais uma vez, a coleção não explora, de maneira crítica, quais razões levam a essa instabilidade na consecução das carreiras e os desdobramentos na saúde e bem-estar do trabalhador, mas aceita passivamente as formas de regulação da razão neoliberal, como se fossem verdades inquestionáveis e destituídas de interesses políticos.

Outro fragmento que nos chamou a atenção diz respeito a algumas funções que, segundo a coleção, são requeridas para o êxito do profissional do futuro – concebido como aquele a não ser afetado pelos processos de automação e robotização do trabalho. Tais funções representam certas tendências do mercado, como o treinamento, o cuidado e a conexão. Sobre o treinamento, a coleção assim o define: “Pessoas que gostam de orientar e ajudar outras a evoluir em diferentes aspectos da vida, como finanças e saúde, deverão aprimorar essas habilidades” (FRAIMAN, 2020, p. 185). Aqui figuram as chamadas habilidades socioemocionais, ou seja, certas aptidões que podem ser desenvolvidas por meio de um treino sobre si. O jovem do ensino médio, então, é levado a prestar atenção em si, com o intuito de observar quais as habilidades de sua personalidade podem ser convertidas em capital humano, a ser absorvido pela lógica mercadológica. Nesse diapasão, quem tem condutas responsáveis

por encorajar os demais (“orientar e ajudar outras”) pode ser benquisto pelos recrutadores das empresas e aumentar as chances de uma sonhada contratação (DARDOT; LAVAL, 2016).

O cuidado, para a coleção, refere-se a “[...] profissionais com inteligência social e habilidade de compreender processos complexos estarão em alta para a saúde e o bem-estar das pessoas” (FRAIMAN, 2020, p. 185). A descrição mostra-se vaga, mas reafirma o foco do neoliberalismo sobre a gestão dos sentimentos e das emoções, compreendidos como componentes que podem ser gradativamente individualizados e customizados conforme a ordem empresarial. Por fim, a conexão é descrita da seguinte maneira: “[...] Profissionais com mentalidade colaborativa atuarão em locais de trabalho liderados pela tecnologia, construindo pontes entre o ser humano e a máquina, o comércio e a ética” (FRAIMAN, 2020, p. 185). O sujeito trabalhador é convocado a imbuir-se de uma competência que o permita relacionar os seres humanos com as tecnologias e, para isso, necessita desenvolver potencialidades de natureza colaborativa e de liderança. Essas exigências são demandadas na sociedade do desempenho, problematizada por Han (2015) como um modelo pautado pela tomada de iniciativa, pela positividade e proatividade para tomar decisões e elaborar projetos. O jovem do ensino médio, no âmbito do projeto de vida, é conduzido de maneira a se preparar para as exigências da sociedade neoliberal em relação ao trabalho, seja por meio de um imperativo em que todos podem ser bem-sucedidos, seja pela necessidade de ser flexível e reconhecer que os vínculos empregatícios não são mais estáveis, seja pela compreensão segundo a qual é possível desenvolver habilidades socioemocionais a serem capitalizadas pelo mercado, com o intuito de garantir um perfil atraente e empregável. De acordo com Lopes (2019), esse enfoque tende a antecipar decisões e submeter experiências imprevistas para um dado futuro que podem não fazer sentido para os jovens, mas que integram os anseios de grupos sociais os quais supõem saber dizer como o futuro do jovem deve (e pode) ser.

Análise da coleção Projeto de vida: um projeto vital

Também em volume único, essa coleção publicada pela editora Hedra estrutura-se em três módulos assim nomeados: O encontro consigo com ênfase na dimensão pessoal, A dimensão cidadã e A dimensão profissional. Sobre esse último, lancemos o nosso olhar. O módulo organiza-se em três capítulos e do primeiro deles, intitulado *O mundo do trabalho: profissões, escolhas e tomada de decisão*, extraímos alguns recortes enunciativos. Num dado momento da coleção, são retomados alguns aspectos discutidos em tópicos anteriores sobre as mudanças por que passou o universo do trabalho, especialmente a partir do advento das tecnologias digitais e se lê: “[...] Sabemos que o profissional do futuro precisa ter algumas habilidades do futuro, precisa ter algumas habilidades fundamentais, como: flexibilidade,

autoconhecimento e trabalho em equipe” (OLIVEIRA; ROTA, 2020, p. 155). A posição a enunciar no material didático fala de um lugar epistêmico, pois se ancora num saber sobre como dever ser o chamado “profissional do futuro”. Ao proceder assim, a coleção busca assegurar a relevância de construir, desde a escola, um perfil que permita a empregabilidade, conforme as habilidades preconizadas. A coleção detalha um pouco mais sobre a flexibilidade: “[...] a troca de emprego, algo malvisto em outras épocas, tende a ser um procedimento normal e agregar um elemento positivo: o do profissional que está sempre buscando melhorar e encarar novos desafios” (OLIVEIRA; ROTA, 2020, p. 156). Num domínio associado, esse enunciado dialoga com o que analisamos no subtópico anterior, porque atesta uma dada flexibilidade na constituição dos trajetos profissionais. Seguindo Han (2015), entendemos que o sujeito na racionalidade neoliberal assume as responsabilidades pelo êxito ou malogro no lugar de questionar as condições degradantes impostas pelo sistema capitalista. Nesse sentido, o material didático defende: o profissional que muda constantemente de emprego é visto com bons olhos. Ocorre que esse profissional é incitado a se modificar de acordo com a instabilidade do próprio sistema, marcado por sucessivas crises e fluxos incertos e, nessa lógica, o jovem é levado a crer, que seu ingresso no mundo do trabalho deve ser pautado pela habilidade de desapego, de não fincar raízes sólidas num vínculo empregatício, mas estar sempre flanando entre diversas ocupações e, principalmente, ficar períodos sem ter um lugar no mercado, informação não contemplada na coleção didática em estudo, mas que faz parte do funcionamento do mundo do emprego na lógica neoliberal.

Posteriormente, a coleção enumera as características dos profissionais que modificam suas carreiras: “Eles costumam estudar mais tempo, racionalizam o tempo e agem focados em seus objetivos, em um processo contínuo de formação” (OLIVEIRA; ROTA, 2020, p. 157). A posição que enuncia nesse material didático, ao indicar o perfil de profissional desejável pelo mercado, defende a implementação de condutas proativas, gestoras do tempo, racionais e, sobretudo, assinaladas pela formação permanente. Sobre isso, Resende (2018) discute sobre como a racionalidade neoliberal mobiliza a aprendizagem para a vida toda como uma estratégia de biorregulação do sujeito. O autor fala que esse fenômeno deriva da sociedade do conhecimento, cuja principal especificidade consiste em exigir do indivíduo “[...] uma constante formação, exigência que o torna um aprendiz permanente, pois sua aprendizagem deve ser vitalícia, ininterrupta” (RESENDE, 2018, p. 82). Segundo o discurso da coleção, tendo em vista o fato de essas características serem valorizadas, convém ao jovem do ensino médio preparar-se para desenvolver habilidades semelhantes, aperfeiçoando o seu capital humano, com o intuito de se inserir no jogo competitivo do mercado. A coleção é enfática ao advertir:

“[...] lembre-se de que estudar, agora, passou a ser um imperativo importante, algo do qual você não pode abrir mão” (OLIVEIRA; ROTA, 2020, p. 163).

Outra modificação sobre o trabalho apontada por esse material didático concerne ao chamado trabalho flexível e fluido, qual seja: “[...] O local de trabalho é o lugar para o qual as pessoas costumavam ir. Atualmente, o local de trabalho é o local onde nos conectamos. A tecnologia está desvinculando o trabalho tantos dos horários quanto dos locais previamente determinados” (OLIVEIRA; ROTA, 2020, p. 160). O foco do livro didático neste trecho incide sobre os processos responsáveis por modificar o local e os horários do trabalho, de modo a delinear uma nova configuração para o sujeito trabalhador. No entanto, essa descrição não explora as consequências desse tipo de mudança, porque, uma vez destituído o espaço e o tempo tipicamente voltados ao exercício laboral, o sujeito trabalhador fica suscetível de atuar num regime supostamente flexível, mas sem um limite claro, produzindo o excesso de trabalho e causando sofrimento psíquico, como corolário do que Han (2015) denomina sociedade do cansaço. Para ilustrar tais mudanças, o livro didático em estudo usa a seguinte metáfora: “A imagem do peixe beta pulando do aquário representa a ideia de disrupção que tem ocorrido no mercado de trabalho, com relação à oposição entre empregos tradicionais e profissões do futuro” (OLIVEIRA; ROTA, 2020, p. 163). A alusão a essa espécie pisciana, considerada inquieta e territorialista, constitui uma estratégia discursiva a demonstrar como o jovem a ingressar no mundo do trabalho deve se portar: ser ousado, arriscar e sair do seu “aquário”. Conforme Foucault (2008), um dos lemas da sociedade neoliberal é “Viva perigosamente”. Nada mais apropriado à atitude empreendedora do peixe, como um exemplo a ser seguido.

Uma vez que a coleção apenas diagnostica as transformações ocorridas no âmbito do trabalho e não se aprofunda em questionar os desdobramentos produzidos pela racionalidade neoliberal, tais como, a formação do precariado a intensificação da exploração da força de trabalho, podemos ponderar a existência de um alinhamento entre a maneira por meio da qual o trabalho é discursivizado com as verdades do neoliberalismo, que tendem a gerar, conforme Safatle (2021), uma profunda despolitização e uma recusa intensa de questionamentos acerca da autonomia do discurso econômico em relação aos interesses políticos.

Análise da coleção Planejando a jornada: um guia para seu projeto de vida

Em volume único, a coleção ramifica-se em três partes: Jeitos de ser, O bem de todos nós e Agir no mundo. Assim como os materiais didáticos antes analisados, as reflexões sobre o universo do trabalho concentram-se na última parte que se inicia com uma ampla ponderação sobre o trabalho no cenário de globalização, os tipos de trabalho, os perfis profissionais, a integração entre as profissões, as profissões e os valores e um capítulo

específico sobre o qual vamos nos dedicar, intitulado *Abrindo o próprio negócio*. Despertou-nos a atenção o espaço atribuído a essa discussão numa unidade voltada a explorar um universo tão vasto como o mundo do trabalho. Tal ênfase, sob nosso enfoque, não é fortuita, senão se articula com o que Foucault (2010) concebe como sendo o referencial do enunciado, ou seja, as leis de possibilidade responsáveis pela aparição deste enunciado neste momento e lugar. Como já discutido antes, no processo de elaboração e implantação das mudanças curriculares no ensino médio de que o Projeto de Vida é fruto, forças ligadas ao empresariado atuaram de maneira incisiva e, em razão disso, o destaque conferido ao empreendedorismo encontra condições de existência, levando em conta as características do imaginário neoliberal (BALL, 2020). Seguem fragmentos do referido capítulo.

Nos últimos anos, o sentido empresarial ou corporativo do termo **empreendedorismo**, ou seja, aquele ligado ao mundo dos negócios, tem sido influente nos espaços não diretamente vinculados a empresas comerciais, como o da vida pessoal, devido à identificação do empreendedor como um indivíduo ativo e inovador.

[...] Se você quer se tornar um empreendedor, mas não sabe por onde começar ou que tipo de negócio abrir, a título de exemplo, as orientações fornecidas pelo Sebrae.

Lembre-se que essas são indicações fornecidas para pessoas que têm claro o tipo de negócio que querem desenvolver – e provavelmente os meios necessários para realizar esse empreendimento. Tenha em mente, portanto, que essa forma de empreendimento exige experiência, recursos e um conjunto adequado e desenvolvido competência e saberes (MONTEIRO, 2020, p. 148-149, grifo da autora).

A seu modo, o discurso da coleção didática revela o que estamos discutindo neste texto: o fato de a racionalidade neoliberal, materializada na celebração do empreendedor, ter adentrado diversos setores, inclusive a vida privada. Porém, é importante assinalar que as fronteiras dos impactos do empreendedorismo em diversos níveis da vida (pessoal e profissional, por exemplo) não se mostram tão delimitadas, razão pela qual ser ativo e inovador constitui um requisito para o sujeito administrar, a um só tempo, um negócio e a vida pessoal. Por isso, a posição a enunciar neste material didático elucidada as qualidades dos que desejam ser um empreendedor como uma espécie de “trunfo” e diferencial a ser implementado em diferentes âmbitos, intervindo fortemente na construção da subjetividade do discente, especialmente porque responsabiliza o sujeito pelo seu ingresso (ou não) no universo empreendedorístico.

Depois, a coleção didática em foco orienta que o aluno, interessado em elaborar seu projeto de vida com o intuito de tornar-se um empreendedor, busque informações junto ao Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), instituição a cancelar

um saber verdadeiro acerca da arte de empreender. No entanto, faz um lembrete importante para o jovem do ensino médio: as informações contidas neste serviço destinam-se aos que, com efeito, estão preparados a abrir um negócio, supondo, assim, a existência de recursos financeiros, experiências anteriores e uma série de saberes. Daí emergem alguns questionamentos: como o jovem conseguirá tal experiência, se ele ainda não teve a oportunidade de empreender, se não dispõe de recursos financeiros ou de saberes especializados para tal? E, mesmo que o aluno seja exposto a saberes atinentes a esse campo, quais garantias de êxito e possibilidades de fracasso ele terá? Como se poderia problematizar a naturalização de um discurso de que todos podem empreender e supostamente ter sucesso nesse processo? A nosso ver, a coleção didática poderia, de algum modo, trazer relatos que pudessem mostrar as dificuldades, os dilemas e as conquistas de sujeitos que trabalham com o empreendedorismo, bem como outros discursos de resistência acerca dessas verdades, de modo a exibir uma pluralidade de vozes sobre tal problemática, fazendo com o que o jovem possa refletir sobre seus percursos profissionais e, dependendo de suas condições, aderir (ou não) a essa tendência empreendedora.

Mas não é assim que observamos no material didático em estudo. Após orientar os discentes ao procurarem mais informações sobre a temática do empreendedorismo, postula genericamente: “[...] o empreendimento carrega consigo não só a exigência de certas características pessoais e o desenvolvimento das capacidades, mas também um conjunto de valores implícitos, como aliás, todas as escolhas profissionais” (MONTEIRO, 2020, p. 150). Subentende-se que os valores implícitos estejam associados ao efeito de novidade advindo da matriz empreendedora e neoliberal, na qual supostamente as relações entre patrão e empregado estariam suprimidas e o sujeito seria uma espécie de senhor de si mesmo e “livre” das amarras trabalhistas. Numa questão presente na finalização do capítulo, podemos rastrear tais valores: “A seu ver, quais as principais diferenças entre ser empreendedor e trabalhar com carteira assinada?” (MONTEIRO, 2020, p. 150). A posição de sujeito fornece uma distinção entre empreendedor e o trabalhador formal, põe em jogo diferentes posicionamentos discursivos e, de alguma forma, busca estimular entre os jovens o espírito empreendedor como sinônimo de flexibilidade, inovação e autonomia, aptidões festejadas em discursos favoráveis à Reforma Trabalhista, consoante mostramos na introdução deste texto.

Conclusões

No decurso deste escrito, perseguimos o objetivo de investigar como discursos sobre o trabalho em coleções didáticas de Projeto de Vida, aprovadas pelo PNLD, em conformidade

com o NEM, articulam-se às especificidades da razão neoliberal, aqui conceptualizada mais como uma forma de governo do corpo e subjetividade juvenis que uma doutrina eminentemente econômica. O exame de recortes enunciativos retirados de três livros didáticos nos permitiu identificar as seguintes regularidades discursivas: a) o mundo do trabalho é forjado como uma entidade instável e em constante mudança, motivo pelo qual o jovem precisa elaborar seu projeto de vida, visando dar conta de uma imprevisibilidade contínua, implicando mudanças de carreira, desenvolvimento de habilidades socioemocionais relativas ao trabalho em equipe, à rápida adaptabilidade, à autonomia para efetuar projetos e provocar mudanças, à flexibilidade, dentre outras particularidades; b) a postura empreendedora torna-se uma tendência a ser seguida, porque demanda uma conduta inovadora, proativa e corajosa; c) o jovem é incitado a ter uma formação progressiva, a estudar ao longo de toda a vida, pois se trata de uma condição para competir no jogo do mercado; d) coabita na tessitura das coleções posicionamentos discursivos responsáveis por propugnar um grau elevado de individualização dos processos educativos e a construção de um perfil aberto à empregabilidade, como se outros fatores sociais e econômicos não estivessem em ação.

No conjunto dessas regularidades, podemos notar a estreita ligação entre o modo de enunciar sobre o trabalho nas coleções estudadas com as condições de emergência da formação discursiva do neoliberalismo, por meio das quais emergiram modificações curriculares no âmbito do ensino médio brasileiro e, com isso, a flagrante inserção do *modus operandi* da racionalidade neoliberal nas políticas educacionais do país, tendo em vista a pactuação do Estado com os interesses do mercado. Finalizamos este trabalho ensejando que outras abordagens como esta possam ser efetuadas, com vistas, especialmente, a propor alternativas de resistência à naturalização de discursos e práticas a atuarem, de forma endógena, no processo de degradação do caráter público e humanístico da escola.

Referências

- ARAÚJO, I. L. Formação discursiva como conceito chave para a arqueogenealogia de Foucault. In: BARONAS, R. L. (org.). *Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. Letraria: Araraquara, 2020. p. 318-336.
- BALL, S. J. *Educação global S. A: novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. Trad. Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2020.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular – BNCC*. 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=85121-bncc-ensino-medio&category_slug=abril-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 05 fev. 2020.

CASTRO, F. Reforma trabalhista e Estado mais forte: mercado critica propostas do PT, *Uol*, São Paulo, 08 jan. 22. Disponível em:

https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/01/08/reforma-trabalhista-e-estado-mais-forte-mercado-critica-propostas-do-pt.htm?utm_source=twitter&utm_medium=social-media&utm_content=geral&utm_campaign=noticia. Acesso em: 11 jan. 22.

CONCEIÇÃO, A. Pandemia afeta fatia de jovens nem-nem, *Valor Econômico*, São Paulo, 29 abr. 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/04/29/pandemia-eleva-fatia-de-jovens-nem-nem.ghtml>. Acesso em 12 jan. 2022.

DAYRELL, J.; CARRANO, P. Juventude e ensino médio: quem é esse aluno que chega à escola. In: DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, P. L. (orgs). *Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogos*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014. p.101-134.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, A. C. N.; EL-JAICK, A. P. A monumentalização do discurso na arqueologia do saber, de Michel Foucault, *Signótica*, Goiânia, v. 33, 2021. Disponível em:

<https://www.revistas.ufg.br/sig/article/view/66553>. Acesso em: 11 jan. 2022. DOI: <https://doi.org/10.5216/sig.v33.66553>.

ESTADÃO. *O PT não sabe o que é cidadania*, Notas e opiniões, 09 jan. 2022. Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,o-pt-nao-sabe-o-que-e-cidadania,70003945042>. Acesso em: 11 jan. 22.

FOUCAULT, M. *O nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France: (1978-1979)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FRAIMAN, L. de P.e. *Pensar, sentir e agir*. São Paulo: FTD, 2020.

GUERRA, M. F. L; CAMARGOS, R. C. M. Reformas trabalhista e previdenciária: o desmonte da regulação das relações de trabalho e de seguridade social. In: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (orgs.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Autêntica: Belo Horizonte, 2021, p. 303-316.

HAN, B. C. *Sociedade do cansaço*. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

KNÖPKER, M.; COSTA, M. V. Fazendo o neoliberalismo funcionar “dentro de nós”: pedagogia das organizações sociais sem fins lucrativos e formação docente, *Pro-posições*, Campinas, v. 32, e20180137, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8666800>. Acesso em: 11 jan. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2018-0137>.

LAVAL, C. *A escola não é uma empresa: o neo-liberalismo como ataque ao ensino público*. Trad. Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Editora Planta, 2004.

LOPES, A. C. Itinerários formativos da BNCC do Ensino Médio: identificações e projetos de vida juvenis, *Retratos da Escola*, Brasília, v. 13, n. 25, p. 39-58, jan./mai. 2019. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/963>. Acesso em: 10 dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v13i25.963>.

LOPÉZ, M. Gratuidade e promoção. In: LARROSA, J.; RECHIA, K. C.; CUBAS, C. J. (orgs). *Elogio do professor*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 189-200.

MONTEIRO, B. *Planejando a jornada: um guia para seu projeto de vida*. São Paulo: Evoluir, 2020.

MOREIRA, M. A. *Metodologia da pesquisa em Ensino*. São Paulo: Livraria da Física, 2011.

RAMOS, M. Pedagogia das competências. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. (Orgs). *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 299-303.

RESENDE, H. A educação por toda a vida como estratégia de biorregulação neoliberal. In: RESENDE, H. (org). *Michel Foucault: a arte neoliberal de governar a educação*. São Paulo: Intermeios; Brasília: Capes/CNPq, 2018. p. 77-94.

SAFATLE, V. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. (orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 11-38.

SILVA, R. R. D. Trabalho, educação e juventudes: diálogo com o pensamento social de Christian Laval e Pierre Dardot, *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 17, n.3, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/Djs9qcrZ6GxwzY99FH7Pstj/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00223>.

STANDING, G. *O precariado: a nova classe perigosa*. Trad. Cristina Antunes. Autêntica: Belo Horizonte, 2020.

TEMER, M. Reforma trabalhista é injustamente atacada, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 jan. 2022.

VEIGA-NETO, A. Neoliberalismo e educação: a formação do precariado. In: RESENDE, H. (org). *Michel Foucault: a arte neoliberal de governar a educação*. São Paulo: Intermeios; Brasília: Capes/CNPq, 2018. p. 33-44.